

VITOR DE MORAES PEIXOTO E NELSON MOTTA GOULART
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DE 2014: POLÍTICAS SOCIAIS E DESEMPENHO
ELEITORAL

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DE 2014: POLÍTICAS SOCIAIS E DESEMPENHO ELEITORAL

Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
✉ moraespeixoto@gmail.com

Nelson Motta Goulart
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
✉ nl.goulart@gmail.com

Resumo: Este breve ensaio trata da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff nas eleições brasileiras de 2014. Busca-se encontrar indícios sobre as possíveis explicações para resultados das urnas. Destarte, utiliza-se dados socioeconômicos, políticos e geográficos municipais para testar hipóteses sobre os fatores associados à distribuição das votações dos principais candidatos.

Palavras-chaves: Eleições; Partidos; Competição Eleitoral; Geografia do voto

Abstract: This brief essay deals with the re-election of President Dilma Rousseff in the Brazilian elections of 2014. The aim is to find insights into the possible explanations for the results of the polls. Thus, we use socioeconomic data, local political and geographical to test hypotheses about the factors associated with the distribution of votes of the leading candidates.

Keywords: Elections; Parties; Electoral Competition; Geography vote

Introdução

Na sétima eleição presidencial no período pós-ditadura o Brasil presenciou quicá a mais intensa e emocionante campanha eleitoral. Até os últimos minutos

anteriores a divulgação dos resultados finais nenhum analista sério arriscaria um palpite sobre quem sairia vencedor. De fato, foi a vitória eleitoral com a menor diferença de votos, foram aproximadamente 3,4 milhões de votos que separam os vencedores dos derrotados.

Abertas as urnas, o que se pode afirmar sobre os votos que lá estavam? Por serem votos secretos as informações contidas nas urnas não são muitas, mas tampouco devem ser negligenciadas. Com o atual sistema de apuração e divulgação dos resultados, o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro é capaz de gerar uma massa de dados que permite identificar a urna e a sua localização geográfica. Os votos lá contidos podem ter vindo de uma infinidade de locais, pois nem sempre os eleitores daquela urna residem próximo, e ainda que residam nada pode ser dito a seu respeito com total segurança. Entretanto, esses dados podem servir para uma primeira investigação e fornecer indícios relativamente a baixo custo se comparado aos dados de *surveys*. Inclusive podem e devem servir para orientar a construção de instrumentos nos questionários a partir de seus achados. Este é o principal objetivo deste ensaio empírico: fornecer elementos por meio de dados eleitorais agregados que possam servir de indícios e orientar investigações posteriores ao nível individual.

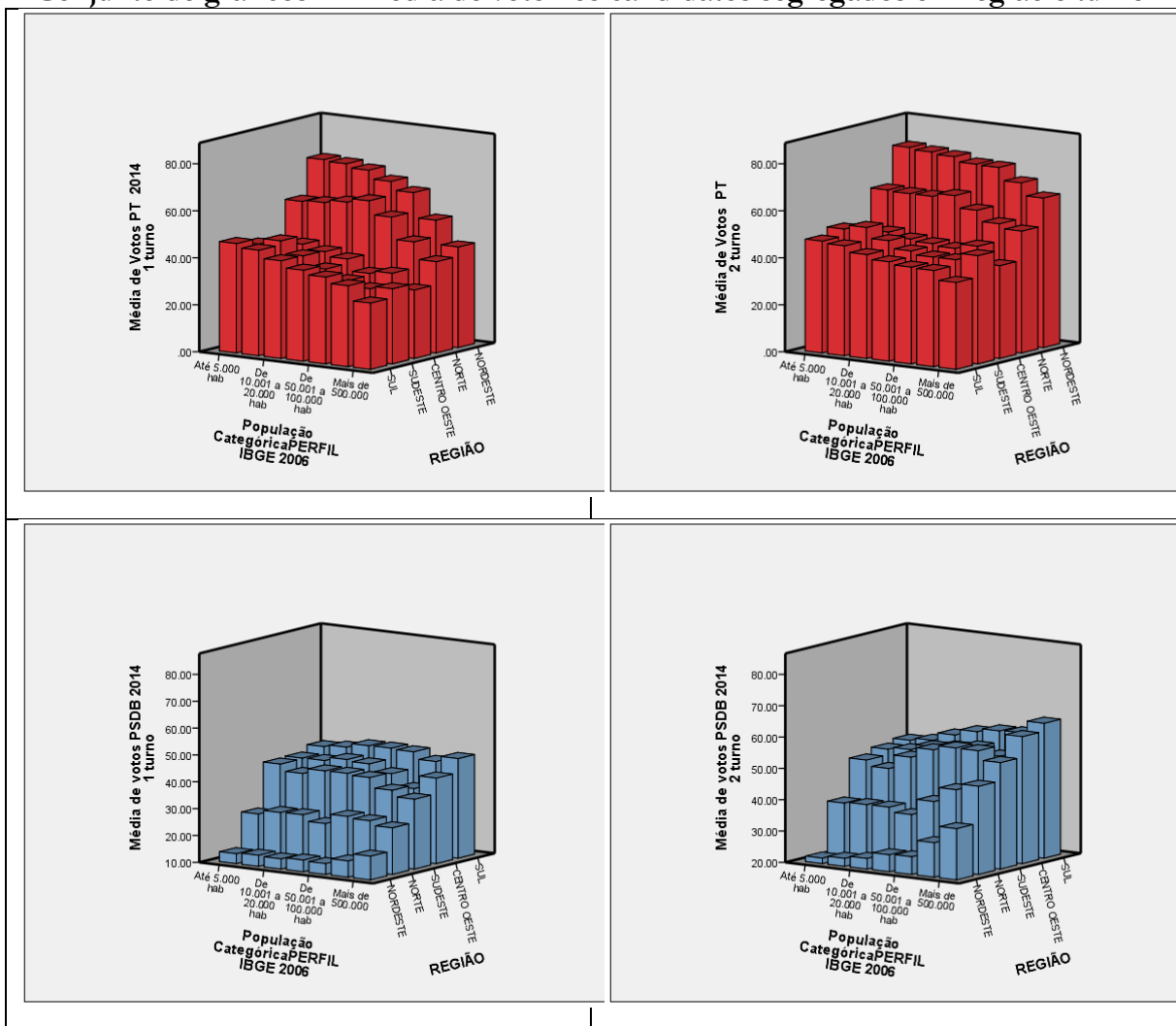
As regiões e os tamanhos dos municípios

Quiçá, somente as eleições durante a República Velha tenham motivado tantas questões relacionadas às origens geográficas quanto estas de 2014. Ainda assim é de se duvidar da intensidade dos preconceitos como foram destilados contra os eleitores do nordeste do país. As divergências político partidárias decantaram geograficamente no Brasil, onde encamparam uma verdadeira campanha de intolerância contra aqueles que impuseram derrota fragorosa ao

candidato de oposição. Não obstante outros Estados fora da Região Nordeste, como o próprio Estado de origem do candidato, Minas Gerais, também tê-lo rejeitado nas urnas, foi naquela região onde ficaram mais distantes os resultados entre Dilma Rousseff do PT e Aécio Neves do PSDB.

Tamanha foram as diferenças que obrigaram a inversão da ordem das regiões nos gráficos abaixo para que fosse possível visualizar o desempenho médio dos candidatos nos municípios de diferentes tamanhos.

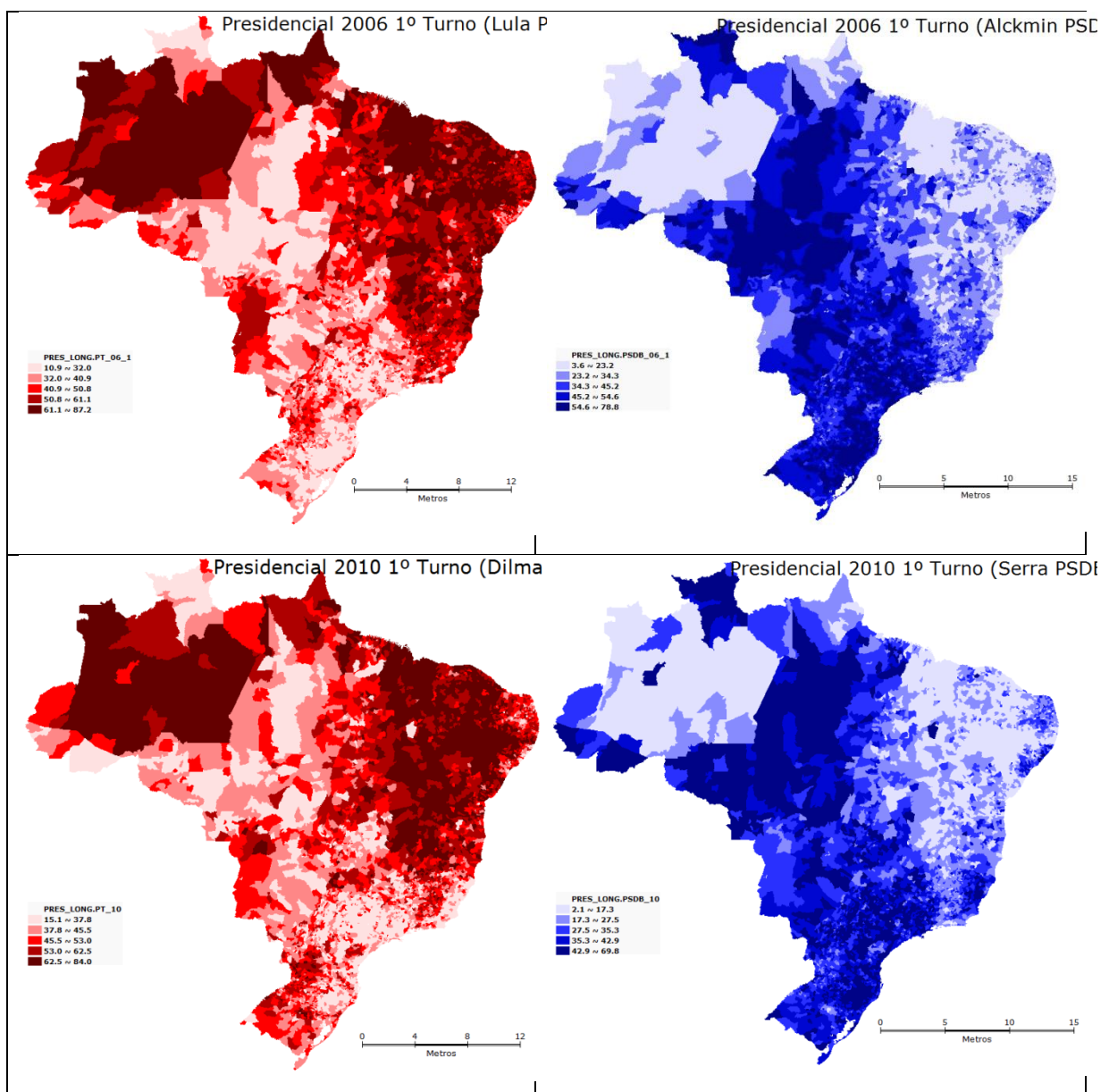
Conjunto de gráficos 1 – Média de voto nos candidatos segregados em região e turno

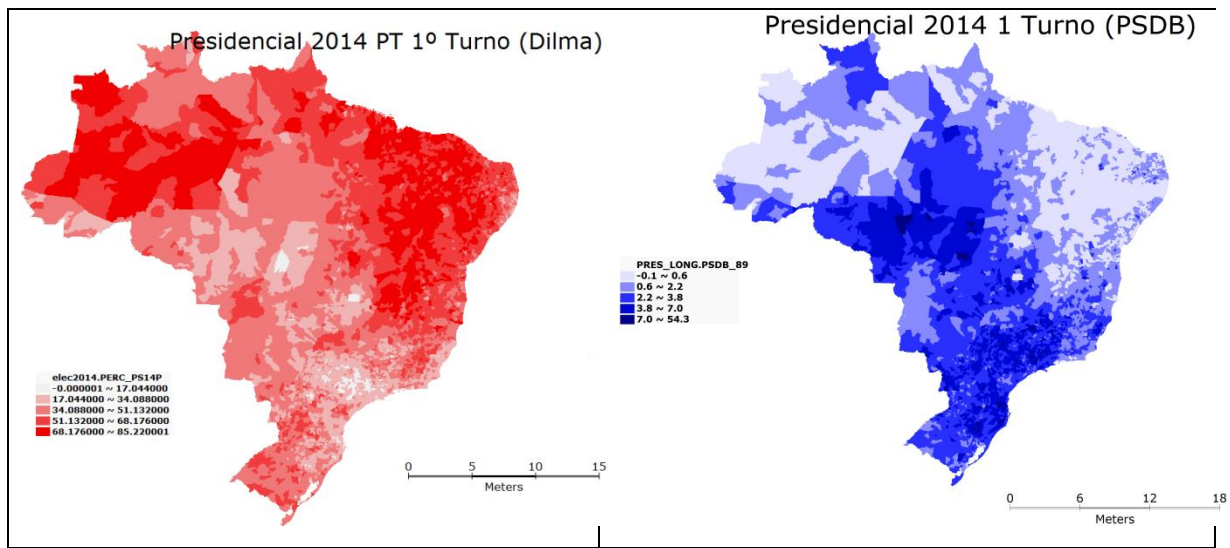


Fonte: TSE

As diferenças regionais são fortes, porém nada de novo no cenário eleitoral brasileiro. Como se pode observar nos mapas abaixo das competições anteriores, as disparidades já existiam mesmo nas eleições de 2006, quando um padrão geográfico começou a se definir. Por mais que elementos de preconceito tenham dado sinais de existência naquelas eleições, em nenhuma medida pode ser comparado ao que se observou em 2014.

Conjunto de gráficos 2 – Padrões geográficos de votos na eleição de 2014





Fonte: TSE

O fato da existência prévia de padrões geográficos não exime o analista de buscar as possíveis causas destes padrões. O que está por trás dessa distribuição especial? Quais as variáveis que podem explicar a concentração e dispersão desses votos? Que características tem em comum essas regiões e localidades que exibem semelhanças nos resultados eleitorais? Esse ensaio busca exatamente as possíveis respostas a estas perguntas, ainda que seja impossível respondê-las definitivamente com os dados e metodologias aqui empregadas.

Controle de prefeituras

Nas eleições de 1989, um grande veículo de imprensa contabilizava o apoio dos prefeitos aos candidatos às eleições presidenciais como forma de mensurar o poder de cada qual. O interior brasileiro foi tomado pelos analistas políticos como terras férteis para os “mandões” exercerem seus desígnios sem limites na ausência completa de competição e dominarem os votos advindos destas localidades, normalmente denominadas por “grotões eleitorais”. Controlar a

política local significaria automaticamente transferir aqueles votos para o candidato nacional.

Em 25 anos a competição eleitoral avançou sobre todo o território nacional. Nas eleições de 2006 e 2010, os candidatos do PT e PSDB tiveram em média menos (ou igual) votos nos municípios em que administravam a prefeitura do que nas administradas por seus adversários.

Vejamos como foram as votações dos três principais partidos em 2014. Tanto a candidata do PSB, Marina Silva, quanto Aécio Neves (PSDB) obtiveram melhores resultados nos municípios administrados por seus respectivos partidos. Entretanto, o mesmo não ocorreu com o desempenho da pleiteante, Dilma Rousseff, que obteve piores resultados nos municípios administrados pelo seu partido PT e pelo partido de seu Vice, Michel Temer, PMDB do que a média geral.

Tabela 1 - Médias das votações para Presidente 2014 nos municípios administrados pelos principais partidos

Partidos	Número de Prefeituras	PSDB 1º TURNO	PT 1º TURNO	PSB 1º TURNO	PSDB 2º TURNO	PT 2º TURNO
PMDB	1020	34.60	51.84	11.86	43.59	56.41
PP	469	37.78	50.13	10.52	45.88	54.12
PSB	438	22.96	58.28	17.17	34.07	65.93
PSD	497	29.29	56.06	13.06	38.87	61.13
PSDB	708	37.76	45.88	14.46	47.41	52.59
PT	633	34.15	51.23	12.86	44.65	55.35
Total	5568	32.81	52.26	13.23	42.27	57.73

Fonte: TSE

Destarte, as administrações locais parecem não ter tido mais capacidade para controlar os votos de seus eleitores. Fenômeno que já havia ocorrido nas eleições de 2006 e 2010, e que foi presenciado no pleito de 2014. Não se pode

afirmar que os mandatários das prefeituras influenciam determinadamente os resultados para as eleições nacionais.

Indicadores sociais

Um dos maiores desafios de se analisar dados socioeconômicos de unidades territoriais e correlacioná-los com dados eleitorais é que os primeiros têm uma produção mais lenta do que os segundos. Ou seja, ocorrem eleições com mais frequência do que se vai a campo colher dados socioeconômicos, e muitas vezes as datas não são coincidentes. No Brasil, a grande massa dos dados municipais é coletada a cada dez anos com os censos, já as eleições ocorrem a cada dois anos (no caso aqui em cada quatro anos por se tratar de ciclos presidenciais). Portanto, qualquer análise que pretenda utilizar dados dos municípios no intuito de compreender o que se passou numa eleição há de se fazer determinadas concessões e ter parcimônia nas conclusões.

Nesse sentido, esse ensaio lançou mão não somente dos dados do Censo de 2010, mas também comparou a evolução dos indicadores em relação aos dados de 2000 – ainda que nem todo o período tenha sido governado pelo PT, tampouco esse decênio compreendeu todo o período petista.

O que se pode observar é que quanto piores as situações socioeconômicas dos municípios, melhores eram as votações da candidata à reeleição, e quanto melhores eram aquelas condições melhores os desempenhos dos adversários, como já conhecido pelos analistas. Todavia, uma novidade se apontou, qual seja, ao analisar os dados estaticamente estava-se negligenciando a mudanças ocorridas no tempo que não são estocasticamente distribuídas no espaço. Municípios com condições diferentes evoluíram de distintas formas no decênio, fato que justifica indagar que possam influenciar os desempenhos dos candidatos. E foi o que

parece ter ocorrido: a candidata governista angariou proporcionalmente mais votos nos municípios que mais melhoraram suas condições socioeconômicas, como PIB, GINI, IDH-M, IDH-M Educação, IDH-M Longevidade, IDH-M Renda e, por fim, IDEB da rede pública (anos finais).

Tabela 2 - Correlações de Pearson

	PSB 1° Turno	PSDB 1° Turno	PT 1° Turno	PSDB 2° Turno	PT 2° Turno
PIB total municipal em 2011	,111**	.025	-,089**	,061**	-,061**
Evolução do PIB municipal de 2002 para 2011 (valores deflacionados jan2014)	,033*	-,138**	,117**	-,125**	,125**
GINI10	,042**	-,451**	,410**	-,415**	,415**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010	,108**	,740**	-,773**	,758**	-,758**
Evolução GINI 2000 a 2010	,069**	-,223**	,176**	-,185**	,185**
Evolução IDH-M (2010-2000)	-,103**	-,654**	,685**	-,665**	,665**
Evolução IDH-M Educação (2010-2000)	-,103**	-,558**	,592**	-,565**	,565**
Evolução IDH-M Longevidade (2010-2000)	.019	-,578**	,549**	-,572**	,572**
Evolução IDH-M RENDA (2010-2000)	-,127**	-,458**	,509**	-,493**	,493**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000	,115**	,746**	-,782**	,765**	-,765**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação 2000	,139**	,676**	-,727**	,699**	-,699**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade 2000	-.020	,751**	-,718**	,740**	-,740**
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda 2000	,117**	,773**	-,810**	,804**	-,804**
IDEB Público 2013 Anos Finais (4ª e 8ª série)	-,159**	,586**	-,482**	,516**	-,516**
Evolução do IDEB 2013-2009	-.012	-,062**	,069**	-,069**	,069**

Fontes: Pnud, IBGE e Ministério da Educação

Visto que os indicadores sociais e suas respectivas evoluções estão relacionados de alguma forma as votações dos candidatos presidenciais, cabe investigar quais os mecanismos causais que ligam estas mudanças nos municípios às ações do governo federal, pois somente desta forma o ciclo se fecha, caso contrário os eleitores poderiam recompensar erroneamente governos centrais que

pouco tem a ver com os desempenhos locais. A hipótese que esse nexos causal seja exatamente as políticas sociais e transferências de recursos via convênios.

Políticas Públicas e Desempenho Eleitoral

Há formas das mais variadas para o Governo Federal despejar recursos em determinados municípios e regiões para além dos já previstos repasses constitucionais tal qual o FPM. As políticas públicas e os convênios assinados são formas eficientes desses recursos chegarem até os destinos desejados.

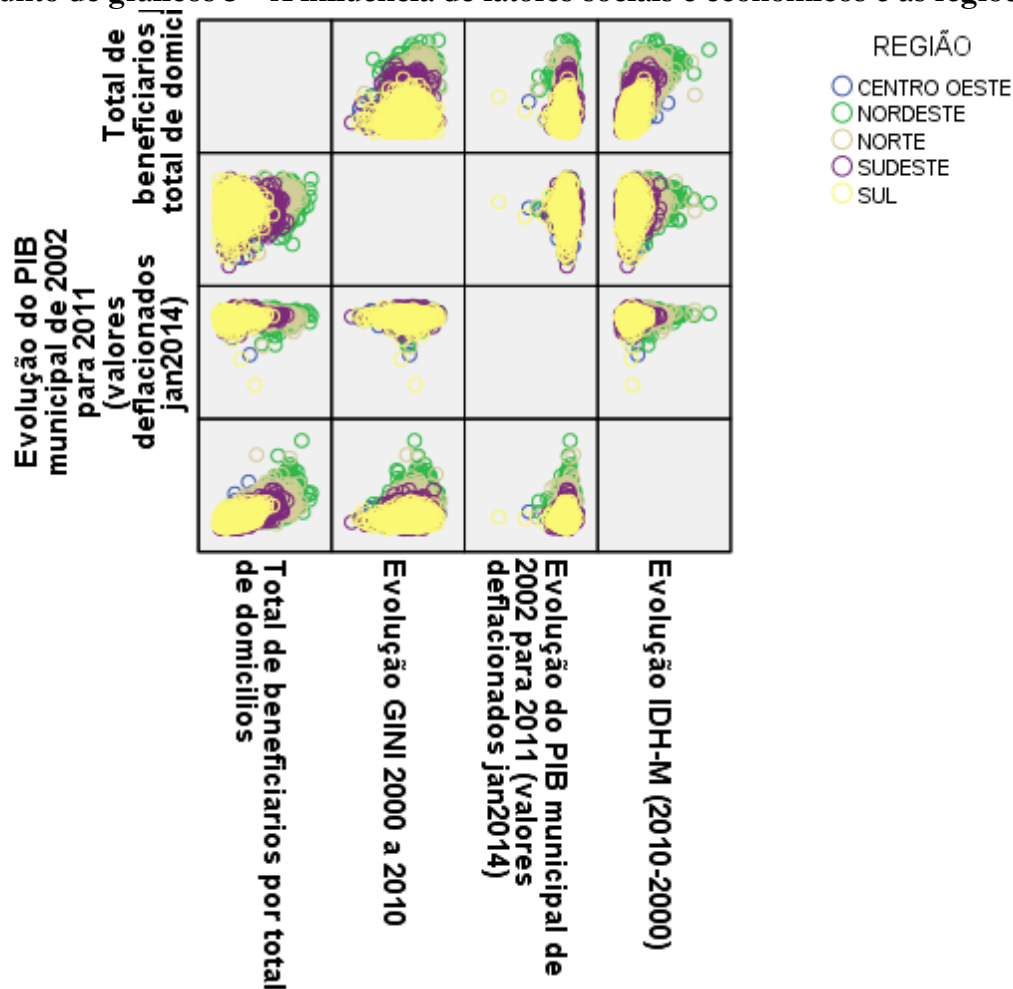
Os programas de combate à pobreza via transferência de renda é uma marca do Governo do PT que foi duramente combatida pela oposição nos primeiros anos e com intenso impacto eleitoral como já apreendido por vasta literatura. Nas eleições de 2014, assim como já havia sido ensaiado sem sucesso nas eleições de 2010, os partidos de oposição empreenderam uma lógica tentando assimilar o programa e até mesmo afirmar que haviam sido eles os “inventores” do Bolsa Família. Logo após abertas as urnas de 2010 os discursos mudaram e passaram a atacar o programa como se fosse um equivalente funcional da compra de votos. A estratégia se repetiu em 2014 durante a campanha, assim como os ataques após conhecidos os resultados.

Um dos objetivos deste ensaio é investigar se há relações entre a proporção de votos do PT com a proporção de beneficiários do Bolsa Família, e da mesma forma a covariação com indicadores do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). No mesmo sentido, também se dedica a analisar como as votações se correlacionam com as transferências negociadas de recursos federais

aos municípios, ou seja, quantidade de recursos que são transferidas a destinos desejados e acordados entre os administradores públicos.

Importante deixar claro, ainda que de forma repetitiva, que ao utilizarmos os dados agregados por municípios não pretendemos cometer qualquer inferência ao nível individual. Serão utilizados dados para os municípios, não para os indivíduos que recebem esses benefícios, seja do Bolsa Família seja do Minha Casa Minha Vida. Obviamente, não é demais imaginar que haja externalidades positivas para todos os indivíduos de um município com o maior número de beneficiários das transferências de recursos para aquela localidade.

Conjunto de gráficos 3 – A influência de fatores sociais e econômicos e as regiões



Fontes: Pnud, IBGE e Ministério das Cidades

Os modelos OLS sem controles de autocorrelação espacial

No intuito de explorar os dados de forma superficial a votação da candidata vitoriosa no 2º turno, foram construídos quatro modelos com quatro grupos de variáveis, quais sejam, primeiro as variáveis *dummies* de região e um controle inserido com o logaritmo natural da população. Em seguida, no modelo 2 foram incluídas as variáveis de IDH-M e Gini, correlacionadas de forma que quanto pior o desenvolvimento humano e mais desigual o município melhor será o desempenho da candidata do PT.

Como já observado anteriormente, a evolução destas duas variáveis no decênio importa ao terceiro modelo que as inseriu e, portanto, o desempenho foi como esperado: mantido constantes as características de desenvolvimento e desigualdade dos municípios, a melhora do IDH-M e a diminuição das desigualdades aumentam o desempenho da candidata à reeleição.

A última etapa foi incluir as variáveis de políticas públicas: o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e as transferências por convênios negociados. Somente esta última não teve significância. Entretanto, a transferência de renda e o programa habitacional foram estatisticamente significativos e com o sinal positivo como esperado.

Tabela 3 – Correlação entre o IDH e o desempenho da candidata Dilma Rousseff

Variável Dependente: % Votos Dilma 2º turno	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.	B	Sig.
(Constante)	63.566	0.000	116.197	0.000	100.751	.000	38.179	.000
REG.NORDESTE	30.587	0.000	17.490	.000	17.465	.000	8.511	.000
REG.SUDESTE	1.747	.009	3.644	.000	4.293	.000	3.518	.000
REG.SUL	-1.062	.123	3.146	.000	3.686	.000	4.645	.000
REG.NORTE	15.910	.000	4.416	.000	4.161	.000	.458	.549
Log_pop_2013	-1.848	.000	-.376	.011	-.351	.018	-.157	.265
GINI10			30.945	.000	36.969	.000	11.849	.000

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010	-	.000	-	.000	-17.047	.001
	118.180		105.352			
Evolução GINI 2000 a 2010			-6.137	.000	-3.407	.003
Evolução IDH-M (2010-2000)			9.654	.000	2.157	.198
Total de beneficiários por total de domicílios					.547	.000
Total de MCMV Concluída por total de domicílios					.225	.000
Total transferências de Convênios per capita (pop 2013)					.001	.624
R2	,582	,678	,681		,727	

Fonte: Autor

Considerações finais

Este ensaio buscou investigar as possíveis causas das distribuições geográficas dos desempenhos dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014. Com as limitações metodológicas que os dados agregados impõem foi possível identificar indícios importantes que merecem maior atenção futuramente. O principal achado é que as políticas públicas de proteção social que melhoram o desenvolvimento humano e diminuem as desigualdades econômicas são positivamente avaliadas pelos eleitores. Ao contrário do que as concepções preconceituosas apontam, os governantes parecem ser recompensados por políticas exitosas e punidos pelos fracassos tal como as mais importantes teorias normativas da democracia pressupõe. Longe de significar um fracasso do sistema político brasileiro, os dados apontam indícios de que o funcionamento absolutamente normal e esperado teoricamente.